



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial SRP nº 040/2022

Comissão	95
Permanente	

Processo nº 2022.204.000330-3-PR
Data: 03/01/2023

Pregão Presencial SRP nº 040/2022





Processo nº 2022.204.000330-3-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47, Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-0911**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial** sob a forma de **Registro de Preços, COM COTA RESERVADA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº **040/2022**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pelo Decreto Municipal 342, de 16/11/2006, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, com as alterações do Decreto Municipal nº 15, de 09/01/2009, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, regulamentada pela Lei Municipal nº 8.768, de 11/08/2017, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 30 de janeiro de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração de Enquadramento para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo VII

1.4.8- Termo de Referência - Anexo VIII



1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, para atender as demandas dos diversos setores e Subsecretarias da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito nos Anexos I e VIII deste Edital.**

2.2- A quantidade é estimativa máxima para fornecimento, em conformidade com a legislação em vigor. **A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH não está obrigada a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a NÃO aquisição.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1- FICA ESTABELECIDO QUE NA PRESENTE LICITAÇÃO EXISTEM DOIS TIPOS DE ITENS - COTA RESERVADA e COTA PRINCIPAL - CONFORME DEFINIDO ABAIXO:

3.1.1.1 - **Itens definidos como Cota Reservada** - para participação de licitantes que apresentarem a Declaração de Equiparação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) - Anexo VI e que atendam as exigências do Edital, sem prejuízo de participação na Cota Principal, conforme art. 48, III da Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações e o art. 56 da Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017.

3.1.1.2 - **Itens definidos como Cota Principal** - de ampla participação para todos interessados que atendam as exigências do Edital.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não



se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

3.1.3- Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI aptos a participar do presente certame aqueles definidos no Art. 18A da Lei Complementar n.º 123/06 e regulamentado na Lei Complementar n.º 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4- Equiparam-se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5- Deverão apresentar a **Declaração Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI** - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.1.6- A participação na Cota Reservada não impede a participação e contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Cota Principal, porém se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal de mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

3.1.7- Não havendo vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal de mesmo objeto, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.



4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.1-1. Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

4.1.1-2. Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob



pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.1.4- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem, em separado dos envelopes de proposta e documentação, os seguintes documentos: cópia autenticada do contrato social (ou instrumento equivalente); declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (com firma reconhecida) - Anexo V; e declaração de enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI.

4.3- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.4- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.



5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 – Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.



6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

6.7- A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE DE PROPOSTA OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO SUBITEM 9.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO VIII), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente à sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (se for o caso), em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos



acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.6.1- A análise das propostas ocorrerá observando-se os critérios de Cota Reservada e Cota Principal.

I- Propostas apresentadas por licitantes que não apresentarem a Declaração de Equiparação de ME e EPP - Anexo VI, terão sua proposta desclassificada nas Cotas Reservadas.

7.6.2- Quanto da análise das propostas relativas as Cotas Principais, posteriormente será feita a análise das Cotas Reservadas, podendo ocorrer as seguintes situações:

I- O pregoeiro analisará inicialmente a proposta da Cota Principal e em seguida o mesmo objeto pertencente a Cota Reservada, a fim de averiguar as situações previstas abaixo:

a) A participação na Cota Reservada não impede a participação e contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também na Cota Principal, porém se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal de mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado e vencedor.

b) Não havendo vencedor na Cota Reservada, o licitante de melhor proposta no mesmo objeto pertencente a Cota Principal será declarado o vencedor também no objeto da Cota Reservada, pelo mesmo preço praticado. Diante de sua recusa, poderão ser declarados vencedores os licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.



7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.



7.14- Na cota principal, no caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06 e art. 49 a 51 da Lei Municipal nº 8.768, 11/08/2017, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's, que tenham se declarado como tal conforme anexo VI, que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/06.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 16.1** deste Edital.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

11



7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta ou de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

7.22- Após o resultado classificatório correspondente e a homologação, o preço será registrado no Sistema de Registro de Preços da SMARH, cujo resumo será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

7.23- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios contratuais, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema do Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

7.24- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.25- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:



- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando **Microempreendedor Individual**, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (www.portaldoempreendedor.org.br);

8.1.2.2- Quando o licitante for **Cooperativa Equiparada** deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso



XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;



Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, em por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.2.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei, em que pese o disposto no subitem 8.3.1.

8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.



8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 – Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto deste edital. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 – As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.



8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao Pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.



10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código **04.122.0095.2271.0000** relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa **449052**.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 30 (trinta) dias corridos, **conforme item 6 do Termo de Referência (Anexo VIII)**, elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir a partir da emissão da Ordem Formal de Fornecimento emitida pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SMARH** ou da entrega da Nota de Empenho.

12.1.3- Durante a vigência da Ata de registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

12.1.4- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.1.5- Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto será recebido:



- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado no local indicado no **item 6 Termo de Referência (Anexo VIII)**, elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

13- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a SMARH convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.1.1 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

13.1.2 - Para assinar a Ata de Registro de Preços, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

13.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

13.2 - Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado



outro licitante (sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais), desde que respeitada a ordem de classificação. Neste caso, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, o convocado deverá assinar a Ata de Registro de Preços.

13.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 13.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis.

13.5 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

13.6 - A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

13.7 - Ocorrendo a contratação de empresas distintas em um mesmo objeto pertencente à Cota Reservada e Cota Principal, o consumo será iniciado primeiramente pelos itens da empresa vencedora da Cota Reservada. Será admitido o consumo inicial pela licitante vencedora da Cota Principal, mediante justificativa devidamente registrada.

14- DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da Contratante para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1 - A cada quantitativo solicitado será formalizado um contrato, que deverá obedecer ao disposto no subitem anterior.

15- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

15.1 - As solicitações de esclarecimentos a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte email: pregao@campos.rj.gov.br.**



15.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, autuadas no Protocolo Geral no endereço supracitado.

16- DO VALOR

16.1- O valor total estimado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** para esta licitação é de **R\$ 1.345.005,00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil e cinco reais)**.

17- DO PAGAMENTO

17.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após a entrega e de acordo com o disposto no **Termo de Referência (anexo VIII do edital)**.

17.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

17.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

17.4- O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes.

17.5- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

17.6- - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa da **CONTRATANTE**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao mesmo.



17.7- Caso a **CONTRATANTE** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta três milésimos por cento), por dia de antecipação;

17.8- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **CONTRATANTE** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

17.8.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

17.9- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

18- DO REAJUSTAMENTO

18.1 - O preço ofertado na licitação será fixo e irrevogável, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

19.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

19.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial SRP nº 040/2022

Comissão Permanente	Ass. 128
Ass. 128	Ass. 128

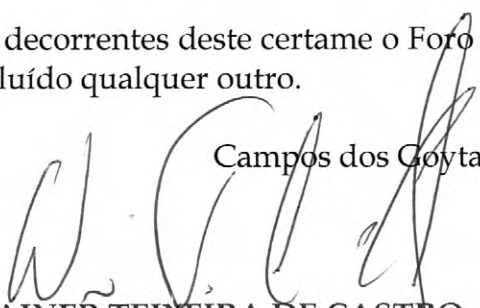
Processo nº 2022.204.000330-3-PR

Data: 03/01/2023

19.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 03 de janeiro de 2023.


WAINER TEIXEIRA DE CASTRO

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos





Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (Vide item 4 do Termo de Referência)	QUANT	UNID	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
1-COTA PRINCIPAL (ART. 48, III, LC N° 123/06)	Computador Intermediário - Padrão Desktop Completo	75	UNID			
2-COTA RESERVADA (ART. 48, III, LC N° 123/06)	Computador Intermediário - Padrão Desktop Completo	25	UNID			
3-COTA PRINCIPAL (ART. 48, III, LC N° 123/06)	Monitor 24"	75	UNID			
4-COTA RESERVADA (ART. 48, III, LC N° 123/06)	Monitor 24"	25	UNID			
5-COTA PRINCIPAL (ART. 48, III, LC N° 123/06)	Nobreak senoidal 1500VA	75	UNID			
6-COTA RESERVADA (ART. 48, III, LC N° 123/06)	Nobreak senoidal 1500VA	25	UNID			
Valor Total da proposta por extenso:						

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº 040/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial SRP nº 040/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial SRP nº 040/2022

Processo nº 2022.204.000330-3-PR

Data: 03/01/2023

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, bem como das demais especificações constantes no Termo de Referência elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES E A
EMPRESA _____.

A **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** com sede na _____ - Campos dos Goytacazes, RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº **2022.204.000330-3-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **aquisição de equipamentos de informática, para atender as demandas dos diversos setores e Subsecretarias da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito nos Anexos I e VIII do edital e, em especial, na Nota de Empenho nº ____/2023.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:



- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.204.000330-3-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **040/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;



- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho **04.122.0095.2271.0000** e pela Natureza de Despesa N.D. **449052**, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de 20__.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo



de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou prévia comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;



- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do material objeto deste contrato será de 30 (trinta) dias corridos, conforme item 6 do Termo de Referência, elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** (Anexo VIII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão SRP nº 040/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA** e respectivos anexos do processo administrativo nº **2022.204.000330-3-PR** que fazem parte integrantes desta avença como se transcritos fossem.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante: _____

Contratada: _____

Testemunhas: _____



Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) , portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº , a participar da Licitação instaurada pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, na modalidade **PREGÃO nº 040/2022**, supra referenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa , **bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 040/2022

.....
(nome da empresa)
inscrita no CNPJ/MF sob o número
....., por intermédio de seu
representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da
Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da empresa
da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....,
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e
em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO SRP Nº
040/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa licitante



Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial SRP nº 040/2022

.....(razão social do licitante) com endereço na
.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas
nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de
enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta
a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas
alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações
estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123,
de 14/12/2006.
- () Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34
da Lei 11.488/07.

Em de de 2023.

Representante legal da empresa
Licitante



ANEXO VII - Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ VINCULADA AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2022

Ao ____ dia do mês de ____ de dois mil e vinte e três, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Av. Rui Barbosa, 553 - Lapa, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.013-000, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 15 de Lei Federal nº 8.666/93; da Lei 10.520/02; Decreto Municipal nº 065/05, Decreto Municipal nº 342/06, com as alterações do Decreto Municipal 015, de 09/01/2009 e as demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 040/2022, aquisição de equipamentos de informática, para atender as demandas dos diversos setores e Subsecretarias da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, pelo Sistema de Registro de Preços, com Registro de Ata com validade de 12 (doze) meses.

Processo nº 2022.204.000330-3-PR, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo às condições descritas no edital correspondente e seus Anexos, conforme segue:

1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados abaixo:

Exemplo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone/Fax:
Endereço:	
Contato:	

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Produto	Marca	Valor R\$

- 1.1 No anexo I do instrumento convocatório, são apresentados os quantitativos estimados de consumo, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da SMARH, mediante a convocação para a assinatura do contrato.
- 1.2 As quantidades do material que vierem a ser adquiridas serão definidas no respectivo contrato.
- 1.3 Ocorrendo a contratação de empresas distintas em um mesmo objeto pertencente à Cota Reservada e Cota Principal, o consumo será iniciado primeiramente pelos itens



da empresa vencedora da Cota Reservada. Será admitido o consumo inicial pela licitante vencedora da Cota Principal, mediante justificativa devidamente registrada.

1.4 A entrega deverá ocorrer em conformidade com o item 6 do Termo de Referência (anexo VIII do edital).

1.5 A empresa licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

1.6 Os licitantes terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias, a partir do contato feito pela **Contratante**.

1.7 As responsabilidades e obrigações da Contratada deverão obedecer ao disposto no Edital e seus Anexos.

1.8 O pagamento será conforme disposto no item 17 do edital, estando ciente que na ocasião será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

1.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.10 A presente Ata tem prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

A empresa _____, detentora do registro assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máxima especificada no edital, durante o prazo de validade da Ata do Sistema de Registro de Preços.

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir os conflitos que possam ocorrer no presente compromisso.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Empresa

Testemunhas: _____



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Pregão Presencial SRP nº 040/2022

Comissão
permanente
133
dep

Processo nº 2022.204.000330-3-PR

Data: 03/01/2023

ANEXO VIII - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 79, de 25/04/2017 e com intuito de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuado o processo licitatório na modalidade pregão, para atender as necessidades dos diversos setores e Subsecretarias da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, na conformidade das especificações técnicas desde Termo de Referência.

2. OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, para atender as demandas dos diversos setores e Subsecretarias da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

3. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos (SMARH) é a responsável por planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades administrativas, de recursos humanos, de segurança e medicina do trabalho, de patrimônio e de serviços gerais da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Devido a tais demandas, e tendo em mente a dimensão da PMCG, faz-se necessário um processo conciso de automatização e controle para atender os ensejos da administração pública, em tempo hábil e com correteude.

Sendo assim, torna-se de suma importância que a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos possua uma infraestrutura que permita prover uma conectividade e capacidade de processamento de dados, capaz de responder as necessidades prementes do referido órgão.

Dessa forma, dado a necessidade de melhoria de seu parque de ativos, sua rede de telecomunicações e infraestrutura de TI interna, faz-se necessária a aquisição de equipamentos para substituição imediata, ao passo que se promove uma melhoria na atual arquitetura computacional.

Muitos dos computadores possuem sistema operacional defasado, pois não permitem mais atualização dos mesmos. A SMARH não adquire ou substitui máquinas a pelo menos 10 (dez) anos, e mais de 70% do parque, em teoria, não pertencem a PMCG.

Soma-se a isso o fato que todos os equipamentos perderam o suporte, portanto não possuem mais garantia do fabricante.

Também é importante notarmos que todos os atuais computadores se encontram na fase 4 do "Ciclo de vida dos ativos de TI" de acordo com o documento "BOAS PRÁTICAS, ORIENTAÇÕES E VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE ATIVOS DE TIC – Versão 4" (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf)

Fase imediatamente posterior a Menor Custo, representa a última no ciclo de vida dos bens de TI. Normalmente, os ativos de TI nesta fase têm baixa comercialização e alto custo de manutenção. São compostos normalmente pelos ativos que fazem parte do legado tecnológico da instituição.

Levando-se em consideração o contexto atual e os desafios que se apresentam no processo administrativo moderno, a necessidade de uma melhor estruturação na capacidade de processamento de dados, desempenho computacional e de prover ferramentas gerenciais, afim de melhorar processos internos é ação primordial para o alcance dos objetivos traçados pela SMARH, refletindo em última instância na melhoria dos serviços ofertados aos servidores e munícipes.

A partir dessa concepção e visando sanar os problemas já descritos, se faz necessário a aquisição de itens visando prover a SMARH de equipamentos de TI, como forma de prover o acesso continuado a rede de computadores, tanto em âmbito local, quando a Intragov municipal, e em última instância a rede global (Internet). Assim, o pregão em tela refere-se a bens necessários à execução de atividades pela SMARH e seus servidores/colaboradores.

4. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO (EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA)

- 4.1 Os materiais solicitados devem ter as configurações indicadas abaixo ou superior e deverão ser todos originais.
- 4.2 Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção pelo fabricante (não serão aceitos equipamentos de fabricação que tenha sido descontinuada).
- 4.3 Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes internos e externos do mesmo fabricante. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidades e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação.
- 4.4 Devem ser fornecidos todos os kits e acessórios de fixação necessários para instalação dos equipamentos, além de todos os cabos de energia necessários para instalação e perfeito funcionamento da solução, com tomadas no padrão NBR 14.136 (3 pinos 10 A).
- 4.5 Os equipamentos deverão ser fornecidos com todas as licenças de software, firmware, drivers e demais ferramentas necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis, com possibilidade de atualização durante todo o período de garantia.
- 4.6 Todos os softwares, drivers e demais ferramentas deverão ser fornecidos em suas versões mais atuais, devidamente licenciados para uso integral.
- 4.7 Devem ser entregues os manuais técnicos originais do fabricante para cada tipo ou modelo de equipamento, contendo informações completas sobre o produto e instruções para instalação, configuração, operação e gerenciamento. Os manuais devem ser preferencialmente produzidos em língua portuguesa (português Brasil) ou, caso indisponível neste idioma, em língua inglesa.
- 4.8 As quantidades estimadas não implicam obrigatoriedade de contratação pela Administração Pública durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo apenas como referencial para elaboração das propostas dos licitantes.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Qtd.
01 Cota principal (art. 48, III, LC nº123/06)	<p>Computador Intermediário - Padrão Desktop Completo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete: Tipo <i>mini tower</i> ou <i>mid tower</i>; Padrão ATX; Deve possuir no mínimo duas baias 3,5" e uma baia de 2,5"; Deve possuir no mínimo duas portas USB frontais, sendo pelo menos uma no padrão USB 3.0; Deve possuir cor predominante preta; Deve possuir botão liga/desliga, botão reset e leds indicativos de energia e de leitura do disco. • Fonte de alimentação: Fonte no padrão ATX V2.1 ou superior; mínimo de 500W reais; Deve possuir PFC ativo; Deve possuir certificação 80 plus; Tamanho do FAN 120mm ou mais; Deve possuir pelo menos 1x Conector EPS (4 + 4 pinos), 1x Conector MB ATX (24 pinos), 4x Conectores SATA, 3x Conectores periféricos de 4 pinos, 1x Conectores pci-e (6 + 2 pinos). • Processador: Deve possuir um processador com pelo menos 6 núcleos e 12 threads, memória cache de 11MB ou mais e frequência base de 2.9 Ghz ou mais; Litografia de 14nm ou menos. Ano de lançamento em 2020 ou mais recente; Deve possuir processador gráfico embutido na unidade de processamento; Deve possuir sistema de refrigeração do tipo "box" ou recomendada pelo fabricante. • Memória: 32GB (2x 16GB) padrão DIMM 288 pinos, DDR4 3200Mhz ou mais, CAS Latency 16 ou menos; • Placa mãe: Padrão ATX ou mATX; Deve possuir 4 soquetes ou mais para memória padrão DDR4 DIMM 288 pinos, com suporte a <i>dual channel</i>; Deve possuir pelo menos 4 portas SATA 6Gb/s; Deve possuir pelo menos 1x conector M.2 (Soquete 3, chave M, 2242/2260/2280 (modos PCIe Gen3 x4 (NVMe) e SATA SSD); Deve possuir pelo menos um slot PCI Express x16, rodando a x16 e um slot PCI Express x1, ambos em conformidade com o padrão PCI Express 3.0 ou superior; Deve possuir pelo menos 2x portas USB 3.2 Gen1 e 4x portas USB 2.0/1.1 no painel traseiro; Deve possuir pelo menos 1x porta de conexão DisplayPort e 1x porta HDMI, com suporte à versão 1.4 e HDCP2.3 ou superior; Deve possuir pelo menos 1x porta RJ-45 GbE LAN (1 Gbps/100Mbps) ou superior. • Armazenamento primário: Deve possuir uma unidade de armazenamento do tipo SSD NVMe de 480GB ou mais, interface M.2 PCIe x4 (NVMe), com velocidades mínimas: leitura 2400MB/s e escrita 1650MB/s; Deve possuir um tempo médio até falha (MTTF/MTBF) de 1 milhão de horas ou mais; Deve possuir durabilidade TBW (Terabyte Gravados) de 60 TBW ou mais. • Armazenamento secundário: Deve possuir adicionalmente um segundo dispositivo de armazenamento do tipo HD, padrão SATA 3 (6Gb/s), tamanho de 3.5", com pelo menos 2TB de 	75

	<p>espaço de armazenamento e com memória cache de 64MB ou mais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Periféricos: Teclado multimídia com fio na cor preta, padrão USB, ABNT2, com teclado alfanumérico, com cabo de pelo menos 1.5m de comprimento. Mouse ótico com fio na cor preta, padrão USB, ergonômico, 3 botões + scroll, com resolução mínima de 1000 DPI, com cabo de pelo menos 1.5m de comprimento; Deve acompanhar mousepad ou ser fornecido juntamente com o mouse. • Softwares: Windows 10 PRO 64bits original (ou superior); Microsoft Office 2019 Professional 64bits original (ou superior). • Garantia: Mínima de 12 meses. • Modelos de referência: <ul style="list-style-type: none"> ○ Processador: AMD Ryzen 5 4600G, AMD Ryzen 5 5600G, Intel Core i5-10400, Intel Core i5-10500. ○ Placa Mãe: ASRock B450M Steel Legend, Asus TUF Gaming B550M-Plus, Gigabyte B560M DS3H V2, Asus Prime H570M-PLUS. ○ Armazenamento primário: WD Green SN350, WD Blue SN570, Magix XPRO512GB, XPG AGAMMIXS41-512G-C ○ Fonte de Alimentação: EVGA 100-W1-0500-KR, Aerocool KCAS 500. 	
02 Cota reservada (art. 48, III, LC nº123/06)	<p>Computador Intermediário - Padrão Desktop Completo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete: Tipo <i>mini tower</i> ou <i>mid tower</i>; Padrão ATX; Deve possuir no mínimo duas baias 3,5" e uma baia de 2,5"; Deve possuir no mínimo duas portas USB frontais, sendo pelo menos uma no padrão USB 3.0; Deve possuir cor predominante preta; Deve possuir botão liga/desliga, botão reset e leds indicativos de energia e de leitura do disco. • Fonte de alimentação: Fonte no padrão ATX V2.1 ou superior; mínimo de 500W reais; Deve possuir PFC ativo; Deve possuir certificação 80 plus; Tamanho do FAN 120mm ou mais; Deve possuir pelo menos 1x Conector EPS (4 + 4 pinos), 1x Conector MB ATX (24 pinos), 4x Conectores SATA, 3x Conectores periféricos de 4 pinos, 1x Conectores pci-e (6 + 2 pinos). • Processador: Deve possuir um processador com pelo menos 6 núcleos e 12 threads, memória cache de 11MB ou mais e frequência base de 2.9 Ghz ou mais; Litografia de 14nm ou menos. Ano de lançamento em 2020 ou mais recente; Deve possuir processador gráfico embutido na unidade de processamento; Deve possuir sistema de refrigeração do tipo "box" ou recomendada pelo fabricante. • Memória: 32GB (2x 16GB) padrão DIMM 288 pinos, DDR4 3200Mhz ou mais, CAS Latency 16 ou menos; • Placa mãe: Padrão ATX ou mATX; Deve possuir 4 soquetes ou mais para memória padrão DDR4 DIMM 288 pinos, com 	25

suporte a *dual channel*; Deve possuir pelo menos 4 portas SATA 6Gb/s; Deve possuir pelo menos 1x conector M.2 (Soquete 3, chave M, 2242/2260/2280 (modos PCIe Gen3 x4 (NVMe) e SATA SSD); Deve possuir pelo menos um slot PCI Express x16, rodando a x16 e um slot PCI Express x1, ambos em conformidade com o padrão PCI Express 3.0 ou superior; Deve possuir pelo menos 2x portas USB 3.2 Gen1 e 4x portas USB 2.0/1.1 no painel traseiro; Deve possuir pelo menos 1x porta de conexão DisplayPort e 1x porta HDMI, com suporte à versão 1.4 e HDCP2.3 ou superior; Deve possuir pelo menos 1x porta RJ-45 GbE LAN (1 Gbps/100Mbps) ou superior.

- **Armazenamento primário:** Deve possuir uma unidade de armazenamento do tipo SSD NVMe de 480GB ou mais, interface M.2 PCIe x4 (NVMe), com velocidades mínimas: leitura 2400MB/s e escrita 1650MB/s; Deve possuir um tempo médio até falha (MTTF/MTBF) de 1 milhão de horas ou mais; Deve possuir durabilidade TBW (Terabyte Gravados) de 60 TBW ou mais.
- **Armazenamento secundário:** Deve possuir adicionalmente um segundo dispositivo de armazenamento do tipo HD, padrão SATA 3 (6Gb/s), tamanho de 3.5", com pelo menos 2TB de espaço de armazenamento e com memória cache de 64MB ou mais.
- **Periféricos:** Teclado multimídia com fio na cor preta, padrão USB, ABNT2, com teclado alfanumérico, com cabo de pelo menos 1.5m de comprimento. Mouse ótico com fio na cor preta, padrão USB, ergonômico, 3 botões + scroll, com resolução mínima de 1000 DPI, com cabo de pelo menos 1.5m de comprimento; Deve acompanhar mousepad ou ser fornecido juntamente com o mouse.
- **Softwares:** Windows 10 PRO 64bits original (ou superior); Microsoft Office 2019 Professional 64bits original (ou superior).
- **Garantia:** Mínima de 12 meses.
- **Modelos de referência:**
 - Processador: AMD Ryzen 5 4600G, AMD Ryzen 5 5600G, Intel Core i5-10400, Intel Core i5-10500.
 - Placa Mãe: ASRock B450M Steel Legend, Asus TUF Gaming B550M-Plus, Gigabyte B560M DS3H V2, Asus Prime H570M-PLUS.
 - Armazenamento primário: WD Green SN350, WD Blue SN570, Magix XPRO512GB, XPG AGAMMIXS41-512G-C
 - Fonte de Alimentação: EVGA 100-W1-0500-KR, Aerocool KCAS 500.

03 Cota principal (art. 48, III, LC nº123/06)	<p>Monitor 24":</p> <ul style="list-style-type: none"> Deve ser do tipo LED Widescreen; Deve possuir painel do tipo VA ou IPS; Deve possuir tela com tamanho de 23.8" ou mais, resolução 1080p Full HD (1920x1080) ou superior, brilho mínimo 200cd/m², relação de contraste mínima de 600:1, tempo de resposta máximo de 5ms, Ângulo de visão (Vertical/Horizontal): 178°/178°; Deve possuir pelo menos 1x entrada DisplayPort e 1x entrada HDMI, com suporte a versão 1.4 (HDCP); Deve possuir alimentação bivolt automática (AC 100-240 Vca, 50/60 Hz); Deve permitir ajuste de inclinação; Deve ser na cor predominante preta; Deve acompanhar cabo DisplayPort e HDMI ou ser fornecido juntamente com o monitor. Modelos de referência: <ul style="list-style-type: none"> Samsung LF24G35TFWLXZD, LG 24BL550J-B, Philco PMG24P980FG, Acer UM.QQ1AA.S03. 	75
04 Cota reservada (art. 48, III, LC nº123/06)	<p>Monitor 24":</p> <ul style="list-style-type: none"> Deve ser do tipo LED Widescreen; Deve possuir painel do tipo VA ou IPS; Deve possuir tela com tamanho de 23.8" ou mais, resolução 1080p Full HD (1920x1080) ou superior, brilho mínimo 200cd/m², relação de contraste mínima de 600:1, tempo de resposta máximo de 5ms, Ângulo de visão (Vertical/Horizontal): 178°/178°; Deve possuir pelo menos 1x entrada DisplayPort e 1x entrada HDMI, com suporte a versão 1.4 (HDCP); Deve possuir alimentação bivolt automática (AC 100-240 Vca, 50/60 Hz); Deve permitir ajuste de inclinação; Deve ser na cor predominante preta; Deve acompanhar cabo DisplayPort e HDMI ou ser fornecido juntamente com o monitor. Modelos de referência: <ul style="list-style-type: none"> Samsung LF24G35TFWLXZD, LG 24BL550J-B, Philco PMG24P980FG, Acer UM.QQ1AA.S03. 	25
05 Cota principal (art. 48, III, LC nº123/06)	<p>Nobreak senoidal 1500VA</p> <ul style="list-style-type: none"> Deve possuir forma de onda senoidal pura/perfeita/real; Deve possuir potência de 1500VA ou superior; Deve possuir tensão de entrada bivolt automático (115/127/220V); Deve possuir tensão de saída entre 115/127V; Deve possuir a função <i>True RMS</i>; Deve ser microprocessado (Processador Digital de Sinais); Deve possuir inversor sincronizado com a rede elétrica (sistema PLL); Deve permitir ser ligado na ausência de rede elétrica (DC Start); Deve possuir fator de potência de 0.65 ou mais; Deve 	75

	<p>possuir 5 tomadas de saída (norma NBR 14136) ou mais; Deve possuir conexão que permita a adição de bateria externa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia: Mínima de 12 meses. • Modelos de referência: <ul style="list-style-type: none"> ○ SMS Manager III Senoidal NG 1500 VA, Ragtech Easy Pro 1600 VA, TSShara UPS Senoidal Universal 1500 VA. 	
06 Cota reservada (art. 48, III, LC nº123/06)	<p>Nobreak senoidal 1500VA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir forma de onda senoidal pura/perfeita/real; Deve possuir potência de 1500VA ou superior; Deve possuir tensão de entrada bivolt automático (115/127/220V); Deve possuir tensão de saída entre 115/127V; Deve possuir a função <i>True RMS</i>; Deve ser microprocessado (Processador Digital de Sinais); Deve possuir inversor sincronizado com a rede elétrica (sistema PLL); Deve permitir ser ligado na ausência de rede elétrica (DC Start); Deve possuir fator de potência de 0.65 ou mais; Deve possuir 5 tomadas de saída (norma NBR 14136) ou mais; Deve possuir conexão que permita a adição de bateria externa. • Garantia: Mínima de 12 meses. • Modelos de referência: <ul style="list-style-type: none"> ○ SMS Manager III Senoidal NG 1500 VA, Ragtech Easy Pro 1600 VA, TSShara UPS Senoidal Universal 1500 VA. 	25

5. ESTIMATIVA DE CUSTOS GLOBAL E NATUREZA DAS DESPESAS

- 5.1. O valor estimado para esta licitação é de R\$ 1.345.005,00, proveniente do Programa de Trabalho P.T.04.122.0095.2271, Natureza de Despesa 44.9052.

6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 6.1. Os equipamentos licitados deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.
- 6.2. O recebimento dos materiais será realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, junto ao CIDAC, situada a. Av. José Alves de Azevedo, 278 - Parque Rosário, Campos dos Goytacazes - RJ, 28025-497.
- 6.3. A PMCG irá considerar um produto entregue após avaliação da Equipe Técnica da Subsecretaria do Centro de Informações e Dados de Campos.
- 6.4. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e estarem dentro do prazo de validade

e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da solicitante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E MODALIDADE

- 7.1. O licitante, antes de apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.
- 7.2. Será adotado como critério de julgamento das propostas o MENOR PREÇO UNITÁRIO sendo vencedora a licitante que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.
- 7.3. A natureza do objeto deste Termo enquadra-se como bens comuns, haja vista os padrões de desempenho de qualidade e de todas as características gerais específicas serem as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitadas por meio de Pregão, com fulcro na Lei 10.520/2002.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. AS LICITANTES deverão apresentar Atestado(s) de capacidade Técnica, a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo este último com firma reconhecida em documento timbrado, e que comprove(m) a aptidão das licitantes para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desse Termo de Referência pleiteado.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 9.1. As licitantes deverão encaminhar, juntamente com a proposta comercial, sob pena de desclassificação da proposta, catálogos, folders, manual ou outro documento equivalente, que contenham as especificações técnicas de TODOS os equipamentos cotados. Ressalte-se que a apresentação dos documentos em voga tem o condão de verificar a compatibilidade dos equipamentos ofertados com exigências contidas no Termo de Referência.
 - 9.1.1. Tratando-se de equipamento montado/customizado pela própria equipe técnica do licitante, deverá ser encaminhado catálogos, folders, manual ou outro documento equivalente, que contenha as especificações técnicas de cada parte, peça ou componente do equipamento.
- 9.2. As características dos materiais oferecidos deverão estar em conformidade com a especificação técnica descrita neste documento.

- 9.3. Um representante do CIDAC efetuará avaliação dos catálogos/manuais oficiais dos materiais ofertados. Na hipótese de ocorrência de não consonância com as especificações técnicas aqui apresentada a proposta será desclassificada.

10. DA VIGÊNCIA DA ATA

- 10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação.

11. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

- 11.1. Os equipamentos devem possuir garantia por um período mínimo de 12 (doze) meses;
- 11.2. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- 11.3. A garantia deverá contemplar defeitos de hardware e de todos os softwares vendidos com a solução.
- 11.4. Deverá possuir central de atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando descrição do problema;
- 11.5. A substituição da parte ou peça defeituosa dos produtos específicos serão executadas onde se encontram (ON-SITE) ou na impossibilidade, no centro de manutenção da contratada;
- 11.6. O prazo máximo para atendimento e reparo/solução do(s) problema(s) que ocasionou(aram) o chamado dos produtos citados, a partir da abertura do chamado é de 24 (vinte e quatro) horas;

12. PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa.
- 12.2. A empresa contratada deverá apresentar ao CIDAC, Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura da própria empresa em 2 (duas) vias, a qual será encaminhada em até 30 (trinta) dias para pagamento, após o recebimento e o aceite completo dos equipamentos solicitado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Realizar a entrega do produto decorrente desta aquisição na forma e condições determinadas neste Termo de Referência.



- 12.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.
- 12.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários a perfeita execução do mesmo.
- 12.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela execução do objeto, na forma disposta neste Termo.

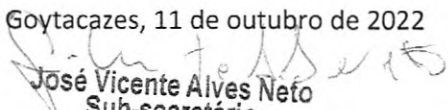
14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Requisitar o fornecimento do produto, na forma prevista neste Termo de Referência;
- 13.2. Exigir da contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- 13.3. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 13.4. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade apresentada pelo material fornecido;

15. CONDIÇÕES GERAIS

- 15.1. Os materiais ofertados deverão atender aos itens discriminados nas especificações técnicas constantes neste termo de referência.
- 15.2. Os materiais ofertados deverão ser novos e distribuídos através de canais credenciados do fabricante no Brasil, respeitando a padronização já especificada e as normas da ANATEL;
- 15.3. Não poderão ser ofertados materiais descontinuados ou em previsão de descontinuidade das linhas normais de produção (fabricação e/ou montagem) do fabricante. A caracterização da previsão de descontinuidade é definida como sendo o período compreendido entre o recebimento (entrega) oficial do material ofertado e 12 (doze) meses após este procedimento (recebimento);
- 15.4. Todos os softwares, drivers e programas relacionados aos hardwares, componentes, partes ou periféricos fornecidos, deverão ser entregues em mídia digital para cada um dos produtos onde serão instalados;

Campos dos Goytacazes, 11 de outubro de 2022


José Vicente Alves Neto
Sub-secretário
CIDAC/SMARH/PMCG
Mat - 40.609